

Crise hídrica pode aumentar inflação nos estados brasileiros

O Brasil vive a pior crise hídrica dos últimos 91 anos, segundo dados de afluência do Sistema Interligado Nacional (SIN) para o período dos últimos meses de setembro a março. Os institutos de meteorologia já estavam alertando que as chuvas do último período úmido, de novembro de 2020 a abril de 2021, seriam abaixo da média.

A Agência Nacional de Águas (ANA) publicou, no dia 1º de junho, a Resolução nº77/2021, que declarava a Situação Crítica de Escassez Quantitativa de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraná, que ocupa 10% do território brasileiro, abrangendo São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Distrito Federal. A situação crítica da região hidrográfica mais populosa e de maior desenvolvimento econômico do País aponta para um cenário de alerta nacional.

O mestre em Energia Solar Fotovoltaica e secretário-adjunto de Assuntos Técnicos do Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel), Tássio Barboza, explica que a escassez hídrica afeta vários segmentos de forma contínua, e ressalta a importância das águas para as proporções do território nacional.

“Segundo a Agência Nacional de Águas, o Brasil utiliza suas bacias hidrográficas principalmente para irrigação, abastecimento animal, industrial, urbano, entre outros, nessa ordem. A geração de energia elétrica e o transporte hidroviário precisam também de água — mas ela não é consumida com a utilização. O Brasil é um país continental e precisa disponibilizar os recursos hídricos para todos esses fins. Quando falta água no reservatório, toda essa cadeia é afetada”.

Ou seja, a crise hídrica está diretamente relacionada, por exemplo, com a energia elétrica, como levanta o especialista. “O sistema elétrico brasileiro, na última crise lá em 2001, tinha uma geração 90% advindo da força das águas. Agora, em 2020, esse percentual já caiu para 72% e a tendência é que caia ainda mais. Apesar de ser um valor muito alto, fica claro que o País já tem outras alternativas para gerar energia, ou seja, a gente pode gerar energia, por exemplo, das fontes térmicas”, lembra.

Mesmo com essa queda da dependência da força das águas para o cenário energético nacional, Tássio classifica que “o sistema elétrico do Brasil hoje se encontra na UTI. “As usinas térmicas são o oxigênio que vai manter o sistema de pé. Sem as usinas térmicas, certamente, a gente já teria o mesmo problema que tivemos lá em 2001, as pessoas teriam que desligar a luz, diminuir a carga para que não houvesse um apagão”.

De acordo com o deputado Felício Laterça (PSL/RJ), medidas emergenciais precisam ser adotadas para gerir a atual crise hídrica. “É necessário que se tenha uma visão de longo prazo para evitar que novas crises se repitam, especialmente mediante a adoção de políticas públicas que reduzam as emissões de carbono pela queima de combustíveis fósseis como o carvão. Além

disso, outras medidas como a maior diversificação da matriz energética nacional, especialmente baseada em fontes renováveis de energia, como a solar e a eólica, a dessalinização da água do mar, a transposição de rios, a água de reuso e, acima de tudo, a conscientização da população são medidas fundamentais para gerir a atual crise e evitar futuras”, pontua.

Tássio opina que a Câmara dos Deputados não está voltando os olhos para as possíveis crises hídricas no setor elétrico, e que soluções renováveis como a captação de energia solar nos telhados precisam ser debatidas. “O Brasil precisa de energia, faça chuva ou faça sol. Não podemos depender das chuvas. O brasileiro quer gerar a própria energia.

Na perspectiva do deputado federal Felício Laterça (PSL/RJ), a crise hídrica traz consequências para todo o sistema nacional, não apenas do Rio de Janeiro.

A gestão do sistema elétrico no País é centralizada e o grave desabastecimento hídrico em alguns estados pode impactar na inflação e ocasionar a desaceleração da retomada da economia. Segurança hídrica deve ser a pauta de todos os níveis de governo como forma de prioridade estratégica de desenvolvimento. Se não forem adotadas ações de longo prazo, em breve serão impactados a produção de alimentos, a indústria e todos os demais outros múltiplos da água, o que gerará perdas econômicas importantes para todo o país.

Novo Marco do Setor Elétrico “Aprovado pelo Senado Federal, o PL aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados. O texto, antigo PLS 232/2016, estabelece como mudança principal a portabilidade da conta de luz entre as distribuidoras, alterando o marco regulatório do setor elétrico para criar um mercado livre. A proposta ainda permite o compartilhamento, entre as distribuidoras, dos custos com a migração de consumidores para o mercado livre. Atualmente, elas são obrigadas a contratar toda a carga de energia elétrica para atender os consumidores.

Segundo Laterça, o Novo Marco Legal do Setor Elétrico (PL 414/2021) traz inovações importantes para o setor com a abertura do Mercado Livre e a separação de lastro e energia, que traz o fim do mecanismo da realocação de energia.

A administração da sobrecontratação involuntária, a racionalização de subsídios, a descotização e a privatização de concessionária de geração, todas essas medidas irão trazer o modelo mais competitivo para o setor elétrico, objetivando, principalmente, reforçar a segurança energética e a modicidade tarifária.

Com a aprovação da MP da Eletrobras, o texto deve sofrer ligeiros ajustes. O projeto ainda vem de encontro com outras medidas parlamentares de enfrentamento à crise atual, como o já aprovado PL 3975/2019, que trata do risco hidrológico, e da Medida Provisória 998/2020, que remaneja recursos no setor elétrico para permitir a redução de tarifas de energia. *Fonte: Brasil 61*

Projeto autoriza convocação de aprovados para o curso de soldado da Polícia Militar de 2014 e 2013

O Governo do Estado poderá ser autorizado a convocar todos os aprovados nos concursos abertos para Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar dos anos de 2014 e 2013. É o que autoriza o projeto de lei 2.614/20, de autoria dos deputados Rodrigo Amorim (PSL), Bruno Dauaire (PSC) e Martha Rocha (PDT), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) vota em segunda discussão nesta terça-feira (31/08). Caso receba emendas, o projeto sairá de pauta. A proposta vale apenas para os candidatos que, até a data da inscrição dos concursos, tinham 35 anos de idade. A

norma, no entanto, aponta que a convocação só poderá acontecer caso ainda haja vagas remanescentes não ocupadas por candidatas do sexo feminino - como previsto na Lei 8.382/19.

Na justificativa do texto, os autores apontam que há vários candidatos aprovados que estão aguardando há anos o chamamento para o curso de formação de soldados. Tendo em vista o déficit de servidores no âmbito da segurança pública, eles apontam que a convocação sanaria essa deficiência.

VENDEU SEU VEÍCULO?

FAÇA CONOSCO:

COMUNICAÇÃO DE VENDA

INTENÇÃO DE VENDA

ATPV-e

Ingred
DESPACHANTE

Confiança e Qualidade

Garantida



DESCOMPLIQUE SUA VIDA!

☎ 22 99214-5543

✉ despachanteingredjoia@gmail.com

🌐 www.facebook.com/ingrid.joia.56



Uniube

Desenvolvendo mais
que profissionais

POLO MACUCO RJ

CRONOGRAMA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

Juntos vamos vencer!

SEGUNDA-FEIRA (23/08) Faixa etária de 14 anos

TERÇA-FEIRA (24/08) D2 conforme o agendamento no cartão de vacinação

Fique atento!

Local: Cantinho da Criança (Bairro da Rete)
Horário de 08h às 14h.
Obrigatório a apresentação dos documentos
* Cartão Nacional de Saúde ou CPF
* Comprovante de Residência
* Gestantes e Puérperas devem apresentar a declaração médica.



SAÚDE E PREVENÇÃO DEPENDENTES

MACUCO

MACUCO ECONOMIA



PORTARIA BOM PREVI Nº 031/ 2021, DE 30 DE AGOSTO DE 2021.

O DIRETOR PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM - BOM PREVI, no uso de suas atribuições e de acordo com o **Processo Administrativo n.º 147/ 2021, de 19 de agosto de 2021 – BOM PREVI**

RESOLVE:

APOSENTAR VOLUNTARIAMENTE, com proventos integrais, por ter cumprido os requisitos da Aposentadoria Especial do Magistério, a senhora **VERA LUCIA DE LIMA**, Professor de 1ª a 4ª Séries, Referência XI, Classe B, Matrícula 10/1687-SME, com base no caput do art. 6º e seus incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 41 C/C o § 5º do art. 40 da CRFB, correspondentes às parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento base atribuído ao cargo de Professor de 1ª a 4ª Séries, Referência XI, Classe B (Lei Complementar n.º 288, de 18/05/2021 = R\$ 2.318,91)

1 - Vencimentos integrais..... R\$ 2.318,91

- E. Constitucional 41/2003, art. 6º;
- Orientação Normativa 002/2009, art. 69;
- Lei Complementar n.º 288 de 18/05/2021.

2 - Adicional por Tempo de Serviço (Anuênio) (26% sobre o item 1).....R\$ 602,92

- Lei Complementar nº 01, art. 67;
- Lei Complementar nº 01, art. 243;
- Lei Complementar nº 01, art. 87, parágrafo único.

3 – Gratificação de Regência de Turma (10% sobre o venct.º base da Classe A, ref. I, da LC 234/18)....R\$ 165,91

- Lei Complementar nº 234/18, art. 23;
- Lei Municipal nº 228/86, art. 5º;
- Lei Complementar nº 039, art. 12.

4 - Sexta Parte - (Itens 01+02+03/ 6).....R\$ 514,62

- Lei Orgânica Municipal, art. 160;
- Lei Municipal nº 538, de 19/11/96.

5 - TOTAL DE PROVENTOSR\$ 3.602,36

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Bom Jardim - RJ, em 30 de agosto de 2021.

**RAUL DE ABREU BEZERRA
DIRETOR PRESIDENTE**

Jornal O Macuco. Edição nº514, 27a 30 de agosto de 2021, página 02.



ERRATA EXTRATO CONTRATO Nº 017/2021

ONDE SE LÊ:

Valor: R\$ 71,92 (setenta e um reais e noventa e dois centavos)

LEIA-SE:

Valor: 71,82 (setenta e um reais e oitenta e dois centavos)

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Bom Jardim/RJ, em 27 de agosto de 2021.

**RAUL DE ABREU BEZERRA
DIRETOR PRESIDENTE**

Jornal O Macuco. Edição nº514, 27a 30 de agosto de 2021, página 02.



ERRATA TERMO DE RATIFICAÇÃO, PROC. BOM PREVI Nº 0135/2021

ONDE SE LÊ:

Valor Total: R\$ 71,92 (setenta e um reais e noventa e dois centavos)

LEIA-SE:

Valor Total: 71,82 (setenta e um reais e oitenta e dois centavos)

Registre-se, publique-se, cumpra-se.
Bom Jardim/RJ, em 27 de agosto de 2021.

**RAUL DE ABREU BEZERRA
DIRETOR PRESIDENTE**

Jornal O Macuco. Edição nº514, 27a 30 de agosto de 2021, página 02.

Governo do Estado antecipa repasse de R\$ 16 milhões para a assistência social dos municípios

O governador Cláudio Castro antecipou, de forma inédita, o cofinanciamento das políticas de assistência social entre governo e municípios. De uma única vez, foram repassados R\$ 16 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), totalizando R\$ 32 milhões em todo o ano de 2021. A ordem de pagamento foi feita, nesta segunda-feira (30/08), em evento no Palácio Guanabara.

De acordo com Cláudio Castro, com a antecipação do repasse, o governo estadual reconhece a prioridade do financiamento dos serviços socioassistenciais, tão necessários diante do agravamento da

situação de vulnerabilidade da população durante a pandemia da Covid-19.

- Nosso sonho era de que a política de Assistência Social voltasse a ser prioritária e estamos conseguindo colocar em prática. Isso vem ao encontro do que eu sempre defendi e agora tenho a oportunidade de fazer acontecer. Vamos batalhar duro para atender os mais vulneráveis, agora fazemos uma política transversal, com parcerias – afirmou o governador.

Na ocasião, Castro também anunciou que o Estado vai garantir o pagamento dos valores inscritos em restos a pagar relativos aos últimos cinco anos de exercícios dos municípios. O pagamento será feito a

todos os municípios que apresentarem um plano de ação para a aplicação dos recursos.

Já o secretário estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Matheus Quintal, falou sobre a importância do cofinanciamento para alavancar as ações sociais.

- Há mais de seis anos esse repasse não é feito, e quando era realizado, a quarta parcela sempre atrasava muito e o município não podia gastar no mesmo exercício. Em uma iniciativa inédita, o governador agora aporta um total de R\$ 32 milhões aos municípios para que eles possam investir na assistência social como planejaram – explicou.

Sebrae Rio realiza evento sobre Moda e Tendências para micro e pequenas empresas

Como todos os setores, o da Moda também foi atingido pela crise sanitária e econômica, no Brasil. No entanto, pensar no futuro é um hábito do setor, que está sempre trabalhando com inovação e antecipando as tendências das estações. E, se nas passarelas já temos uma estação antecipada, na criação essa prática se faz indispensável. É com a visão no crescimento e na competitividade dos micro e pequenos negócios do setor, que o Sebrae Rio realiza a primeira Jornada de Moda e Tendências, totalmente on-line e gratuita. Os encontros vão acontecer entre 17h e 19h, nos dias 30 e 31 de agosto. As inscrições podem ser feitas pelo site: <https://conteudos.rj.sebrae.com.br/moda-e-tendencias>

Serão dois dias de

workshops colaborativos de Branding, Comportamento de Consumo e Processo Criativo. A analista do Sebrae Rio, Camila Araújo, conta que foi um desafio montar um evento para este nicho com uma proposta de interatividade e também de oferta de soluções práticas. “Vamos falar de situações reais, durante o evento, com os empresários. Focamos muito no conteúdo super atualizado e dinâmico, mas também em não fazer apenas um monólogo. Os palestrantes vão provocar muita interação com os participantes”, anunciou.

Confira a programação:
30/08 – Branding na Moda
17h | Abertura
17h10 | Workshop "Personal Branding na Moda e Análise de Perfil em Redes Sociais - Construa sua Marca Pessoal" com Anny Tonet
18h30 | Apresentação de Case de Sucesso - Projeto

Reposicionamento das Indústrias de Moda Fluminense – Sebrae Rio
18h45 | Networking entre participantes e facilitadora do workshop (via chat)
19h | Encerramento
31/08 – Tendências e Inspirações
17h | Abertura
17h10 | Palestra "Inspirações em cartela de cores, formas e texturas para a confecção, calçados e acessórios" com Marnei Carminatti, consultor de Design da Assintecal - Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos
18h30 | Apresentação de Case de Sucesso - Projeto Reposicionamento das Indústrias de Moda Fluminense – Sebrae Rio
18h45 | Networking entre participantes e palestrante (via chat)
19h | Encerramento



EXPEDIENTE: JORNAL O MACUCO

Editora e jornalista diplomada responsável:
Elisângela de Paiva Mtb/RJ: 32231

Assessora Jurídica: Valéria Anunciação de Melo -OAB/RJ 144.100
www.jornalomacuco.com.br

Colaboradores: Noemi Laje, Ilesa de Paiva, Thiago Dias

Endereço: Rua: Jorge Abi-Ramia, 129,
bairro: Nova Macuco, Macuco RJ / Cep:
28.545.000

e-mail: omacuco.redacao@hotmail.com
Circulação: Macuco, Cordeiro, Cantagalo,
São Sebastião do Alto, Bom Jardim e
Trajano de Moraes.

FPM: prefeituras recebem R\$ 2,4 bilhões nesta segunda-feira (30)

O montante é cerca de 27,2% menor quando comparado ao terceiro decêndio do mês de julho

Entra nas contas das prefeituras nesta segunda-feira (30) a terceira parcela do decêndio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do mês de agosto. O valor do repasse é de R\$ 2.487.837.524,26, que é parte da arrecadação da União com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos dez dias anteriores.

Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o montante é cerca de 27,2% menor quando comparado ao terceiro decêndio do mês de julho. De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), quando se avalia o comportamento dos repasses de mês a mês não há uma distribuição uniforme ao longo do ano. São dois ciclos distintos, onde no primeiro semestre os repasses são maiores e entre julho e outubro os valores costumam diminuir significativamente. Cerca de 80% dos municípios têm o fundo como sua principal receita. O economista Murilo Ferreira Viana, especialista em finanças públicas, destacou que municípios que têm uma base econômica pouco diversificada tendem a depender mais do repasse do fundo. “O município pequeno, sem indústria, com pouca atividade econômica, tende a ser concentrado no Fundo de Participação dos Municípios”, afirmou.

Segundo o economista e mestre em economia política e secretário de finanças do município de Diadema (SP), Francisco Funcia, há uma destinação específica para o fundo por força constitucional, como por exemplo no ensino, onde o piso é de 25%. “Na saúde que o piso é 15%, aqui em Diadema aplica-se muito mais. Nós estamos aplicando entre 37% e 38% desta nossa receita base de cálculo”, afirmou.

A destinação do fundo é inversamente proporcional ao tamanho da população, ou seja, em termos relativos, quanto mais habitantes tiver uma cidade o fundo tende a ter proporcionalmente menor a sua participação. “Diadema como é uma cidade que tem 450 mil habitantes, no roll das cem maiores cidades, isso significa que o fundo não tem a mesma importância em termos de participação na receita como tem em outros municípios de menor porte onde ele é mais representativo, em municípios que tenham menos habitantes”, disse o secretário de finanças.

Cálculo do Fundo

Os percentuais de participação de cada município são calculados anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com a quantidade populacional das cidades e a renda per capita dos estados.

A falta de recursos para a realização do Censo Demográfico prolongou o período de congelamento dos critérios de repasses para o FPM, já que o número de

habitantes é usado como base para o cálculo de quanto cada município deve receber. A CNM divulgou a mudança nos coeficientes para o cálculo do fundo para o exercício de 2022.

Os municípios são divididos em três categorias: capitais, interior e reserva. As capitais dos estados e Brasília recebem 10% do FPM. Interior são os demais municípios brasileiros e representam 86,4% do FPM. Já os municípios de reserva são aqueles com população superior a 142.633 habitantes e recebem – além da participação como município de interior – uma cota adicional de 3,6% do fundo.

Bloqueio

Vinte e seis municípios se encontram bloqueados e não poderão ter acesso à parcela do fundo. O bloqueio acontece se, porventura, o município ou o ente federado possuir alguma dívida com a União. Neste caso, é permitido pela Constituição Federal reter este recurso.

Os principais motivos para bloqueio do FPM são: ausência de pagamento da contribuição ao Pasep; débitos com o Instituto do Seguro Social (INSS) e com a inscrição da dívida ativa pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), além da falta de prestação de contas no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops).

Segundo o economista e especialista em Orçamento Público Cesar Lima, os débitos com o INSS são o maior motivo de bloqueio. Ele explicou como os gestores municipais devem se regularizar para receber o repasse. O que as prefeituras devem fazer é procurar a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a procuradoria do INSS mais próxima, para tentar ajustar a sua situação frente ao fisco e desbloquear essas parcelas do FPM.

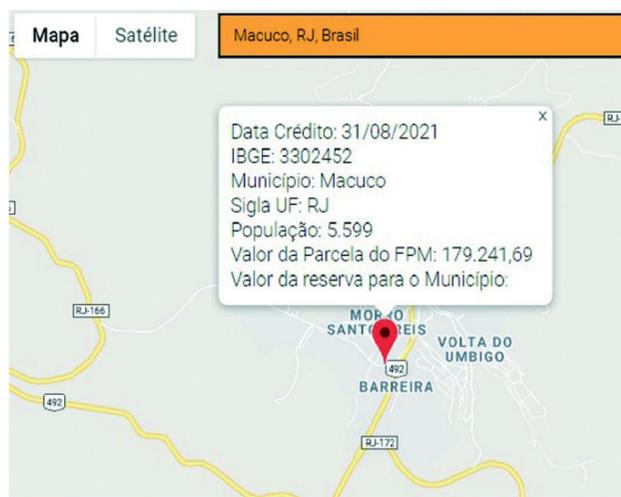
O estado de Minas Gerais está no topo do ranking, com o registro de oito municípios bloqueados. O bloqueio é realizado até que o município pague ou resolva o problema da dívida. Após a regularização da pendência, em 24 horas o recurso é liberado.

Pagamento

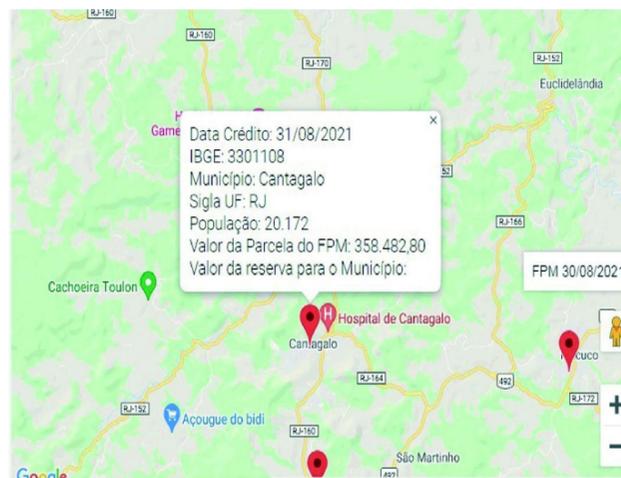
Os valores relativos ao FPM são pagos aos municípios a cada dez dias, até os dias 10, 20 e 30 de cada mês. Caso a data caia no final de semana ou feriado, o repasse é antecipado para o primeiro dia útil anterior. O repasse é creditado pelo Banco do Brasil S/A, que disponibiliza, na sua página na internet, os avisos referentes às distribuições decendiais das contas dos Fundos de Participação, com os lançamentos a crédito e débito.

Fonte: Brasil 61

Macuco perde Fundo de Participação Municipal para Cantagalo



São três parcelas por mês.



Por que Macuco perde em FPM para Cantagalo? Devido a disputa territorial e a lei que delimita os municípios

Desde 1997, quando Macuco se emancipou de Cordeiro, prevalece a LEI Estadual Nº 2497, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1995. De acordo com o Art. 2º - O território do Município de Macuco, é compreendido dentro dos seguintes limites territoriais com o município de Cantagalo:

Começa no ponto de confluência entre o rio Macuco e o córrego São Martinho, seguindo por este córrego São Martinho até a sua travessia sob a antiga Estrada de Ferro Leopoldina. Pelo leito desta Estrada de Ferro Leopoldina seguindo até o ponto mais abaixo da Parada do Andrade (plataforma), situado na segunda travessia sobre o córrego Val de Palmas ou Bom Vale. Deste ponto, pelo citado córrego Val de Palmas ou Bom Vale até a sua confluência com o rio Negro e por este rio Negro até o ponto de confluência com o córrego do Oliveira.

Em resumo, o Rio Macuco é que marca a divisão territorial entre Macuco e Cantagalo. Com isso, muitos moradores da cidade de Macuco ficaram do outro lado do rio, sendo então computados pelo IBGE como moradores do município de Cantagalo. No entanto, os moradores do outro lado continuam a pagar IPTU para a prefeitura municipal de Macuco.

Segundo o prefeito municipal, Bruno Boaretto, em uma de suas entrevistas ao jornal O Globo, ele não deixou de ressaltar que cuida do saneamento e da iluminação pública naquele trecho que fica no território do vizinho. “Na hora que as verbas do FPM são repassadas pelo governo federal, quem mora do outro lado do rio não aparece como habitante de Macuco. Com isso, a cidade perde recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) da União, que, hoje, gira em torno de R\$ 500 mil”.

Se não fosse a questão territorial em litígio, a cidade teria cerca de 12 mil moradores e receberia mais do que o dobro de FPM. Além da UPA, do Ciep e da secretaria municipal de saúde que estão do outro lado do rio.

A questão do limite territorial, ao que parece, se resume aos interesses em manter as três fábricas cimenteiras em solo Cantagalense. Uma questão que foi para no STF e que já foi decidida pelo mesmo.

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

O QUE É?

É a maneira como a União repassa verbas para os municípios brasileiros, cujo percentual, dentre outros fatores, é determinado principalmente pela proporção do número de habitantes.



COMO É FEITO O CÁLCULO?

O cálculo do FPM leva em conta um coeficiente, determinado com base na quantidade populacional de cada município, e o percentual de participação dos estados. Os coeficientes variam de 0,6 a 4,0.



QUANDO OS VALORES SÃO PAGOS?

Os valores relativos ao FPM devem ser pagos aos municípios a cada dez dias, até os dias 10, 20 e 30 de cada mês. Caso a data caia em final de semana ou feriado, o repasse é antecipado para o primeiro dia útil anterior.



Fonte: Agência CD

Comissão de Educação da Alerj debate condições sanitárias e pedagógicas da Rede Estadual de Ensino

A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) realiza, nesta terça-feira (31/08), às 10h, audiência pública para debater as condições sanitárias e pedagógicas de retorno das atividades presenciais na rede estadual de ensino do estado. O encontro será realizado por videoconferência.

“Apresentamos à Secretaria de Estado de Educação um grande relatório de visitas realizadas em quase cem

escolas, em 33 municípios de todas as regiões do estado. Ele gerou mais de 16 notificações sobre problemas nas unidades. A chegada da variante delta nos preocupa. É preciso garantir o direito à educação e o direito à vida”, afirma o presidente da Comissão de Educação, deputado Flávio Serafini (PSOL).

Foram convidados para a videoconferência representantes da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc);

do Conselho Estadual de Educação-RJ; das coordenadorias de Educação e de Saúde do Ministério Público/RJ, da Defensoria Pública, do Fórum Estadual de Educação; do Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE), da Associação dos Diretores de Escolas Públicas do Estado do Rio de Janeiro (ADERJ), dentre outras entidades.



Estado do Rio de Janeiro

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim

Página 1 de 2

Resumo dos Balancetes Sintético

01/07/2021 a 31/07/2021

RECEITA				DESPESA			
CONTA	R\$	R\$	R\$	CONTA	R\$	R\$	R\$
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
Receitas Correntes				INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA		1.045.973,78	1.045.973,78
Contribuições	915.453,28			SERV.PÚBLICOS BOM PREVI			
Receita Patrimonial	80.015,11			EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Outras Receitas Correntes	704.284,33	1.699.752,72		RESTOS A PAGAR		0,00	
DEDUÇÕES PREVISTAS EM LEI				COTAS FINANCEIRAS			
(Redutora)-Remuneração dos				DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			
Recursos do Regime Próprio de				CONSIGNAÇÕES			
Previdência Social - RPPS -	0,00	0,00	1.699.752,72	APLUB	1.458,12		
Principal				PENSÃO ALIMENTÍCIA	4.181,30		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA	53.022,49		
APLUB		1.458,12		FONTE - IRRF	36.424,13		
PENSÃO ALIMENTÍCIA		4.181,30		CEF - EMPRÉSTIMO	5.158,49		
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA		52.796,45		SINDICATO CONTRIBUIÇÃO	544,12		
FONTE - IRRF				SINDICATO - EMPRÉSTIMO	13.143,32		
CEF - EMPRÉSTIMO		36.424,13		BANCO DO BRASIL - EMPRÉSTIMO	0,00		
SINDICATO CONTRIBUIÇÃO		5.158,49		RS CRÉDITO	31,31		
SINDICATO - EMPRÉSTIMO		544,12		RETENÇÃO ISS	0,00		
BANCO DO BRASIL - EMPRÉSTIMO		13.143,32		BANCO BMG - EMPRÉSTIMOS	138,30		
RETENÇÃO ISS		15,73		VALE TRANSPORTE	4.525,00		
VALE TRANSPORTE		138,30		SINSEP - S.A.F.	663,30		
SINSEP - S.A.F.		4.525,00		IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS	594,67		
IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS		663,30		INSS	0,00		
INSS		594,67		PIS	0,00		
BANCO BRADESCO - EMPRÉSTIMOS		44.997,08		CSLL	0,00		
TRANSFERÊNCIA SALÁRIO FAMÍLIA		205,08	164.845,09	COFINS	0,00		
Fluxo de Investimentos			5.448.325,56	BANCO BRADESCO - EMPRÉSTIMOS	0,00		
TOTAL GERAL DA RECEITA			7.312.923,37	SAF - ATIVOS	0,00		
RECEITA PERÍODO ANTERIOR			25.753.760,77	GARANTIAS	0,00		
RECEITA ATÉ PERÍODO			33.066.684,14	DEPOSITOS RECEBIDOS POR	0,00		
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR				DETERMINAÇÃO JUDICIAL			

Desenvolvido por SAPITUR



Estado do Rio de Janeiro

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim

Página 2 de 2

Resumo dos Balancetes Sintético

01/07/2021 a 31/07/2021

RECEITA				DESPESA			
CONTA	R\$	R\$	R\$	CONTA	R\$	R\$	R\$
Em Caixa		0,00		DEPOSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS	0,00		
Em Bancos		2.503.413,01		RPPS - RETENÇÕES SOBRE	0,00	119.884,55	119.884,55
Outras Responsabilidades		0,00	2.503.413,01	VENCIMENTOS E VANTAGENS			184.318,15
Lançamentos de Ajuste de				Valor Consignado e Retido de			6.144.025,92
Consignações/DDO		0,00		Empenho			1.350.176,48
TOTAL GERAL			35.570.097,15	Fluxo de Investimentos			27.899.106,57
				TOTAL GERAL DESPESA			35.393.308,97
				DESPESA PERÍODO ANTERIOR			
				DESPESA ATÉ PERÍODO			
				SALDOS P/ PRÓXIMO PERÍODO			
				Saldo em Caixa		0,00	
				Saldo em Bancos		176.788,18	
				Outras Responsabilidades		0,00	176.788,18
				Lançamentos de Ajustes de			
				Consignação/DDO		0,00	
				TOTAL GERAL			35.570.097,15

MAYRA DA SILVA JACOB VEIGA
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
MAT.: 12/3797-SMF
CRC/RJ: 085864/O-5

RAUL DE ABREU BEZERRA
DIRETOR PRESIDENTE
MAT.: 10/6221-BOMPRESVI

Jornal O Macuco. Edição nº514, 27 a 30 de agosto de 2021, página 04.

Polícia Civil pode ter remuneração adicional de 20% por trabalho noturno

Os servidores da Polícia Civil podem ter uma remuneração adicional de 20% pelo trabalho noturno superior ao diurno. O projeto de lei 3.471/20, do deputado Márcio Gualberto (PSL), autoriza o Governo do Estado a conceder esse benefício e será votado em segunda discussão pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) nesta terça-feira (31/08).

A efetividade da norma está condicionada a apresentação de estudo de impacto orçamentário e financeiro. Na justificativa do texto, o deputado explica que a remuneração superior a do trabalho diurno é prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas (Decreto-Lei 5.452/43) e cita decisões judiciais que embasam esse direito aos servidores da Polícia Civil. Entre elas, a da 1ª Turma

Recursal Fazendária do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), em dezembro de 2020, movida por dois peritos da corporação que reivindicaram o adicional de 20%. “Proponho esta iniciativa para corrigir uma injustiça com os diversos servidores públicos que fazem jus a um direito que não lhes é garantido”, declarou.